



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA (todos os cargos)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Gêneros textuais;
2. Texto e textualidade;
3. Compreensão e interpretação de textos;
4. Coerência e coesão textual;
5. Significação contextual das palavras;
6. Conhecimentos gramaticais aplicados ao texto.

Utilizar-se-á a nova regra ortográfica promulgada pelo decreto 6.583/2008.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

ABREU, Antônio Suárez. **Gramática mínima**: para o domínio da língua padrão. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. **Texto e gramática**: uma visão integrada e funcional para a leitura e a escrita. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

_____. **Curso de redação**. 12. ed. São Paulo: Ática, 2004.

ANTUNES, Irlandé. **Análise de textos**: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

AZEREDO, José Carlos. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

CARVALHO, José Augusto. **Pequeno manual de pontuação em português**: com exercícios resolvidos. 2. Ed. Brasília: Thesaurus, 2013.

ILARI, Rodolfo. **Introdução ao estudo do léxico**: brincando com as palavras. São Paulo: Contexto, 2002.

KOCH, Ingedore Villaça; BENTES, Anna Christina; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Intertextualidade**: diálogos possíveis. São Paulo: Cortez, 2007.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever**: estratégias de produção de texto. São Paulo: Contexto, 2011.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. **Português instrumental**: de acordo com as atuais normas da ABNT. São Paulo: Atlas, 2009.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 48. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz. **Lições de texto**: leitura e redação. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006.

VARGAS, Maria Valéria. **Verbos e práticas discursivas**. São Paulo: Contexto, 2011.

RACIOCÍNIO LÓGICO E QUANTITATIVO (cargo do nível de classificação C)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Conjuntos, conjuntos numéricos, operações com números reais;
2. Equações lineares e quadráticas, sistemas de equações lineares;
3. Divisão proporcional, razão e proporção, regras de três simples e composta, porcentagem;
4. Juros simples e compostos;
5. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos;
6. Sistemas de medidas usuais;



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

7. Princípio Fundamental da Contagem;
8. Noções de probabilidade, médias aritméticas simples e ponderada;
9. Raciocínio lógico;
10. Resolução de situações-problema.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

IMENES, L. M. ; LELLIS, M.. **Matemática - 6º ao 9º anos**. Editora Moderna, 2012.
OLIVEIRA, C. N. C. de; FUGITA, F.; FERNANDES, M. A. M. **Matemática: Para Viver Juntos - 6º ao 9º anos**. Edições SM, 2011.

RACIOCÍNIO LÓGICO E QUANTITATIVO (cargos dos níveis de classificação D e E)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Conjuntos, conjuntos numéricos, operações com números reais;
2. Funções afins e quadráticas;
3. Equações lineares e quadráticas, sistemas de equações lineares;
4. Divisão proporcional, razão e proporção, regras de três simples e composta, porcentagem;
5. Progressões aritméticas e geométricas;
6. Juros simples e compostos;
7. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos;
8. Sistemas de medidas usuais;
9. Princípio Fundamental da Contagem, arranjos, permutações, combinações;
10. Noções de probabilidade e estatística;
11. Raciocínio lógico;
12. Resolução de situações-problema.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática: contexto e aplicações** . 4.ed. São Paulo: Ática, 2010. 3v.
IEZZI, Gelson et al. **Matemática: ciência e aplicações**. 5.ed. São Paulo: Atual, 2010. 3v.

INFORMÁTICA (todos os cargos)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Conceitos básicos de computação;
2. Componentes de hardware e software de computadores;
3. Operação, configuração dos sistemas operacionais Windows 7 e Ubuntu Linux 14.04.1 LTS;
4. Uso de editores de texto Microsoft Word 2013 e LibreOffice Writer 4.2;
5. Uso de planilhas eletrônicas Microsoft Excel 2013 e LibreOffice Calc 4.2;
6. Uso de Internet: navegação Web, correio eletrônico;
7. Noções de segurança: proteção de informação, vírus e assemelhados.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

* Introdução à Informática, 8ª edição. Autores: H. L. Capron; J. A. Johnson. Editora: Pearson/Prentice Hall. Ano: 2004.

* Windows 7, Série Rápido e Fácil. Autores: Jerry Joyce; Marianne Moon. Editora: Bookman. Ano: 2011.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

- * Documentação online do Microsoft Windows (<http://windows.microsoft.com/pt-BR/Windows7/help/getting-started>).
- * Ubuntu - Guia do Iniciante 2.0. Autor: Carlos Eduardo do Val. Ano: 2012.
- * Documentação online do Ubuntu Linux (<http://wiki.ubuntu-br.org/Documentacao>).
- * Estudo Dirigido de Microsoft Word 2013. Autores: André Luiz N. G. Manzano; Maria Izabel N. G. Manzano. Editora: Erica. Ano: 2013.

LEGISLAÇÃO (todos os cargos, exceto Assistente em Administração)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Normas constitucionais sobre a Administração Pública (artigos 37 a 41 da Constituição Federal);
2. Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112/90);
3. Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal (Lei nº 9.784/99);
4. Improbidade Administrativa na Lei nº 8.429/92 e suas penas;
5. Seguridade Social do Servidor Público na Lei nº. 8.112/90 e na Lei nº. 12.618/2012);
6. Crimes contra a fé pública e contra a administração pública no Decreto-Lei nº. 2.848/40 (Código Penal);
7. Regras éticas para o Servidor Público Federal no Decreto nº 1.171, de 1994.
8. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005;
9. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

BRASIL. Constituição(1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Artigos 37 a 41 Da Administração Pública. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18112cons.htm>.

BRASIL. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9784.htm>.

BRASIL. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Artigos 1 a 13. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18429.htm>.

BRASIL. Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm>.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Artigos 312 a 337- Crimes contra a Administração Pública e contra a Fé Pública. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>.

BRASIL. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11091.htm>.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>.

Obs.: Texto vigente na data do edital das normas jurídicas mencionadas no Programa, disponíveis no sítio www.planalto.gov.br ou nos diários oficiais.